

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário da Serra (Google) Class.: 287

Data: 07.05.91

Pg.: \_\_\_\_\_

# Pedida exumação de Marçal de Souza

Os restos mortais do líder indígena Marçal de Souza, assassinado a tiros na noite de 25 de novembro de 1983, na Aldeia Campestre, município de Antonio João, e enterrado no Cemitério Santo Antônio de Pádua, em Dourados, vai ser exumado. O pedido chega hoje ao fórum douradense, através de uma carta precatória despachada ontem pelo juiz Luiz Carlos Saldanha Rodrigues, 46 anos, que preside o Tribunal do Júri de Ponta Porã, onde corre o processo da morte do índio. Ele alega dúvidas no laudo médico e no exame de balística realizados depois da morte de Marçal. A intenção do juiz é esclarecê-las antes de pronunciar se os principais acusados do crime no inquérito aberto pela Polícia Federal, o fazendeiro Líbero Monteiro de Lima e o capataz dele, Rômulo Gamarra, vão sentar no banco dos réus.

A morosidade da Justiça já deixa os matadores de Marçal de Souza impunes há quase sete anos e meio. O resultado da exumação deve sair no máximo dentro de um mês.

De acordo com Saldanha Rodrigues, não houve autópsia e nem foram encontrados projéteis no local do assassinato. Ele diz que os médicos que viram o cadáver de Marçal de Souza não abriram o corpo para saber a causa da morte. Quanto às balas, os policiais federais responsáveis pelo exame ouvidos pelo juiz declararam não terem apreendida nenhuma. "Não posso lavar as mãos como Pôncio Pilatos e mandar os acusados a julgamento com estas questões pendentes", afirma o jurista.

A preocupação de Saldanha Rodrigues é a seguinte: o julgamento dos apontados como mentores do crime iria mobilizar a opinião pública e acionar toda a imprensa nacional e internacional, face à notoriedade de Marçal de Souza, conhecido por Tupã-Y pela nação guarani. Esta semelhança com o caso "Chico Mendes", líder seringueiro e ecologista morto por lutar contra o desmatamento na floresta de Xapuri, no Acre, faz o juiz acreditar que "qualquer cidadão que for para o banco

dos réus nestas condições vai ser condenado".

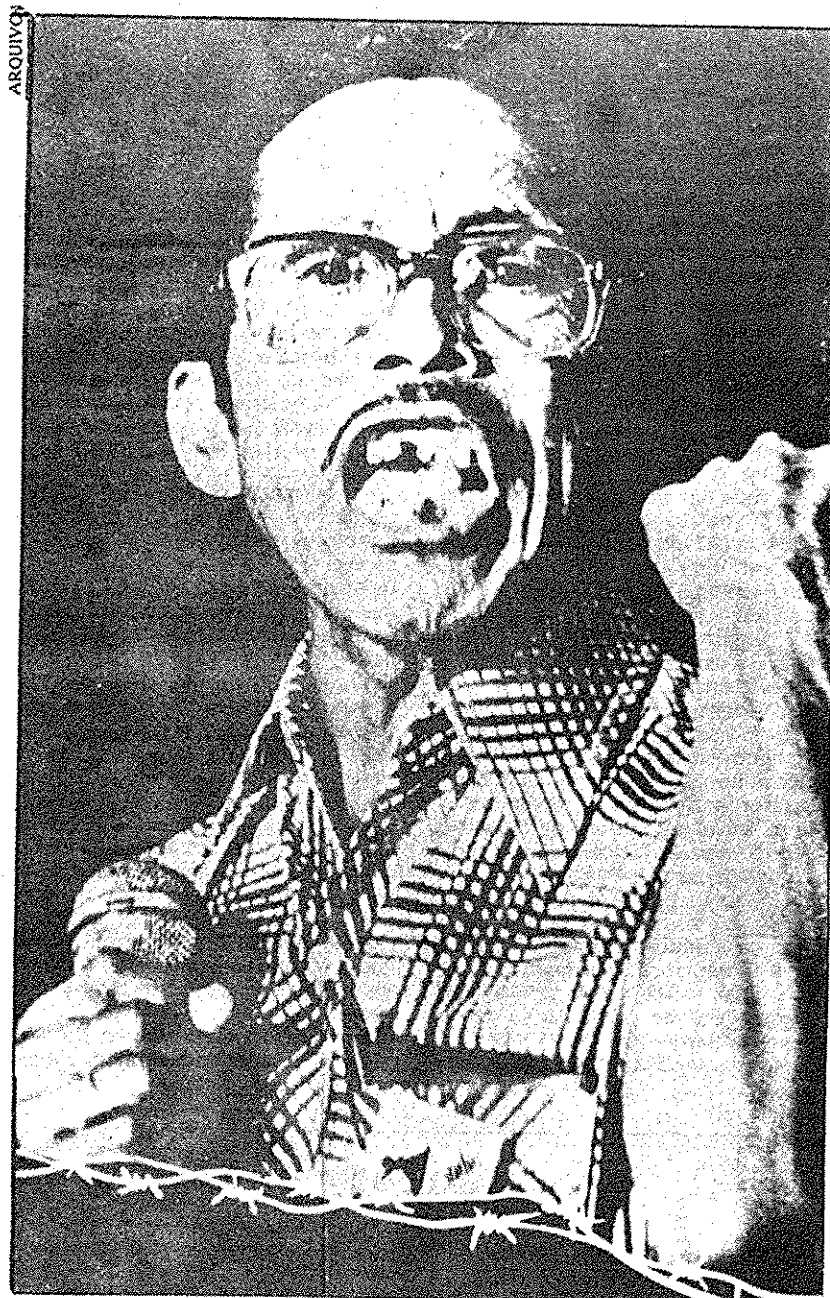
### OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O presidente do Tribunal do Júri de Ponta Porã anuncia ainda que está pedindo à Secretaria de Segurança Pública a realização de novo exame de balística, desta vez por técnicos da Polícia Civil. Além disso, há testemunhas depondo para apurar se policiais militares estiveram na Aldeia Campestre na véspera ou no dia do assassinato de Marçal de Souza, conforme algumas pessoas ouvidas sobre o caso disseram no inquérito. Assim, admite-se a hipótese de mais suspeitos do crime.

Saldanha Rodrigues adianta também que solicitou à Justiça Federal um parecer quanto à posse das terras férteis e ricas em madeira-de-lei da Aldeia Pirakuá para tomar ciência se o proprietário é o fazendeiro Líbero Monteiro de Lima ou a Fundação Nacional do Índio (Funai). O inquérito concluiu que a área, situada no município de Bela Vista (na divisa com o Paraguai), estava em litígio judicial. Segundo as investigações, o fazendeiro estaria aliciando os índios para que eles abandonassem a aldeia e deixassem o local livre para a exploração comercial da madeira. Mas houve a resistência de Marçal de Souza, daí o assassinato do líder indígena.

O líder indígena Marçal de Souza se tornou conhecido por defender com intransigência o povo dele. Ele não queria que os índios deixassem as aldeias e fôssem ao encontro da miséria das cidades. O medo de Tupã-Y quanto à pobreza branca era ver os irmãos de todas as nações (guarani, guató, ofayé-xavante, terena, kadiwéu) se transformando em trabalhadores bóias-frias e empregadas domésticas.

Chamado de Deus Pequeno pelos guaranis, Marçal de Souza mostrou a grandiosidade dele em pelo menos duas ocasiões. Em 79, quando discursou na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, nos Estados Unidos, defendendo a cultura e a vida indígena na América Latina.



O juiz pediu, ontem, a exumação do cadáver do líder indígena Marçal de Souza